

**Governo de Pernambuco  
Secretaria de Administração – SAD  
Escola de Governo da Administração Pública de Pernambuco - EGAPE  
Instituto de Apoio à Fundação Universidade de Pernambuco - IAUPE**

**CURSO DE FORMAÇÃO – EGAPE**

**Especialidade: CONTADOR**

**MÓDULO I**

**PRIMEIRA PROVA OBJETIVA – 26/05/2026**

**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**

Não deixe de preencher as informações a seguir.

<b>Nome</b>																			
<b>Nº CPF</b>					<b>Nº do Doc. de Identificação</b>					<b>Órgão Expedidor</b>					<b>UF</b>				

**ATENÇÃO**

1. Leia todas as instruções antes de iniciar a prova.
2. Uma vez dada a ordem de início da Prova, preencha, nos espaços apropriados, o seu Nome completo, o seu Número de Inscrição, o Número do Documento de Identificação, o Órgão Expedidor e a Unidade da Federação. Verifique se este caderno contém 20 (vinte) questões. Se o caderno estiver incompleto, com alguma falha na composição da prova ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe imediatamente ao Fiscal.
3. Para registrar as alternativas escolhidas nas questões da Prova, você receberá um Cartão-Resposta de Leitura Ótica. Verifique se o Número de Inscrição neles impresso coincide com o seu Número de Inscrição. As bolhas do Cartão-Resposta referentes às questões de múltipla escolha devem ser preenchidas totalmente com caneta esferográfica azul ou preta. Respostas preenchidas a lápis não serão consideradas na correção. Marque apenas uma alternativa para cada questão. A questão que for marcada com mais de uma resposta ou rasurada será anulada. Sugere-se só marcar ao final.
4. O início da prova será às **09h (nove horas)** com duração de **02 (duas) horas**, logo se encerrará às **11h (onze horas)**. O tempo mínimo de permanência em sala é de **30 (trinta) minutos após o seu início**.
5. O IAUPE não se responsabilizará por objetos ou valores portados, esquecidos, danificados ou extraviados nas dependências dos locais de aplicação das provas.
6. A prova é **(Individual)**. A consulta ou comunicação a terceiros ensejará a atribuição de grau 0 **(ZERO)** ao(s) aluno(s). Caso isto ocorra o(s) aluno(s) deverá(ão) acatar a ordem do(s) aplicador(es) da prova, sair da sala sem atrapalhar aos colegas, devendo procurar o seu coordenador/gestor responsável para manifestar qualquer insatisfação a ser dissipada, em sendo o caso.
7. Todos os aparelhos eletrônicos deverão estar desligados, assim como todo o material que não possa ser utilizado deverá estar acondicionado próximo a mesa do professor, na frente da sala.
8. O gabarito será fornecido pela coordenação do curso em momento oportuno, assim como as notas e provas.  
**Valor Total da Avaliação: 10,0 (dez) - Cada questão valerá 0,50 (meio) ponto.**

**1. A atividade financeira do Estado está relacionada à obtenção, gestão e aplicação de recursos públicos necessários à realização de suas finalidades essenciais. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.**

- a) A atividade financeira do Estado restringe-se à arrecadação de receitas tributárias, não abrangendo temas relacionados ao orçamento, às despesas ou ao crédito público.
- b) As necessidades públicas correspondem à soma das necessidades individuais dos cidadãos, razão pela qual podem ser livremente escolhidas pela Administração Pública conforme critérios de conveniência privada.
- c) A atividade financeira do Estado compreende, essencialmente, os fenômenos da receita pública, da despesa pública, do orçamento público e do crédito público, funcionando como instrumento para a satisfação das necessidades públicas.
- d) O direito financeiro estuda a atividade financeira do Estado sob perspectiva exclusivamente econômica e especulativa, sem se ocupar de seu aspecto jurídico.
- e) O crédito público é utilizado apenas para financiar atividades econômicas privadas, não integrando o campo de estudo do direito financeiro.

**2. No estudo do orçamento público, a doutrina costuma distinguir diferentes espécies orçamentárias, considerando o grau de vinculação entre recursos, planejamento, objetivos, metas e resultados. Sobre as espécies de orçamento, assinale a alternativa correta.**

- a) O orçamento tradicional caracteriza-se pela forte vinculação entre planejamento, programas governamentais, objetivos e metas, privilegiando a avaliação dos resultados alcançados.
- b) O orçamento de desempenho é aquele que se preocupa exclusivamente com a legalidade da despesa, sem qualquer atenção aos produtos finais ou às tarefas realizadas pela Administração.
- c) O orçamento-programa relaciona os recursos públicos a objetivos, metas, projetos e programas de governo, funcionando como instrumento de planejamento da ação estatal.
- d) O orçamento base zero consiste na simples repetição dos valores executados no exercício anterior, acrescidos apenas da projeção de inflação para o exercício seguinte.
- e) O orçamento-programa foi superado pelo orçamento tradicional, que passou a ser adotado no Brasil a partir da Lei nº 4.320/1964.

**3. O princípio da exclusividade busca preservar a coerência e a finalidade da Lei Orçamentária Anual (LOA), impedindo que ela seja utilizada como instrumento para disciplinar matérias estranhas ao orçamento público. Previsto expressamente no art. 165, § 8º, da Constituição Federal, esse princípio também visa evitar as chamadas “caudas orçamentárias” ou “orçamentos rabilongos”, que inseriam temas alheios à atividade orçamentária dentro da LOA. Sobre o princípio da exclusividade, assinale a alternativa correta.**

- a) O princípio da exclusividade determina que a Lei Orçamentária Anual trate exclusivamente da previsão da receita e da fixação da despesa, admitindo, excepcionalmente, autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.
- b) O princípio da exclusividade impede qualquer autorização legislativa para abertura de créditos adicionais dentro da Lei Orçamentária Anual, exigindo sempre lei específica para esse fim.
- c) O princípio da exclusividade estabelece que toda matéria financeira, tributária e administrativa deve necessariamente constar da Lei Orçamentária Anual, em razão da centralidade do orçamento público.
- d) O princípio da exclusividade proíbe a inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de dispositivos relacionados à contratação de operações de crédito, ainda que destinadas ao equilíbrio fiscal do ente público.
- e) O princípio da exclusividade possui natureza meramente doutrinária, inexistindo previsão expressa desse princípio na Constituição Federal de 1988.

**4. O ciclo orçamentário compreende uma sucessão de etapas relacionadas à elaboração, apreciação, execução, controle e avaliação do orçamento público. Na fase de iniciativa, a Constituição Federal atribui papel central ao Poder Executivo, sem afastar a autonomia financeira e orçamentária de outros Poderes e órgãos constitucionais. Considerando esse regime constitucional, assinale a alternativa correta.**

- a) A iniciativa das leis orçamentárias é concorrente entre os Poderes Executivo e Legislativo, cabendo ao Parlamento iniciar o projeto sempre que houver omissão do chefe do Executivo.
- b) A iniciativa das leis orçamentárias é privativa e indelegável do Poder Executivo, cabendo-lhe consolidar as propostas dos demais Poderes e órgãos autônomos, observados os limites da LDO.
- c) O Poder Legislativo possui competência para iniciar projeto de lei orçamentária anual, desde que a proposta não aumente despesas obrigatórias nem reduza receitas previamente estimadas.
- d) O Poder Executivo pode alterar livremente as propostas orçamentárias encaminhadas pelo Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, sempre que discordar dos valores apresentados.
- e) A elaboração da proposta orçamentária do Poder Judiciário depende de autorização prévia do Poder Executivo, pois a autonomia administrativa e financeira não alcança a fase de iniciativa orçamentária.

**5. À luz da Constituição Federal e da sistemática da Lei de Diretrizes Orçamentárias, assinale a alternativa correta.**

- a) A LDO possui natureza meramente autorizativa, razão pela qual não produz efeitos vinculantes sobre a elaboração da LOA nem sobre a atuação dos demais Poderes.
- b) A LDO limita-se à fixação de metas fiscais e prioridades administrativas, sendo vedado tratar de alterações na legislação tributária ou de política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- c) O Poder Executivo pode reduzir livremente as propostas orçamentárias encaminhadas pelos demais Poderes e órgãos autônomos, ainda que elaboradas em conformidade com os limites fixados na LDO.
- d) A LDO funciona como elo entre o PPA e a LOA e, dentre outras funções, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
- e) A autorização para aumento de remuneração de servidores públicos depende exclusivamente de previsão na LDO, sendo dispensável dotação específica na Lei Orçamentária Anual.

**6. Acerca da classificação das receitas públicas e das demais entradas de recursos nos cofres estatais, é correto afirmar que as chamadas receitas extraorçamentárias correspondem a:**

- a) recursos arrecadados acima da estimativa prevista na Lei Orçamentária Anual, os quais podem ser utilizados como fonte para abertura de créditos adicionais.
- b) ingressos decorrentes da alienação de bens públicos, cuja aplicação é limitada em razão das restrições constitucionais relativas às despesas correntes.
- c) entradas financeiras que passam temporariamente pelos cofres públicos, sujeitas a registro contábil, mas que não integram a receita orçamentária nem podem financiar despesas previstas na LOA.
- d) valores arrecadados em exercícios anteriores e reaproveitados no exercício corrente para pagamento de restos a pagar processados e não processados.
- e) ingressos oriundos da arrecadação tributária extraordinária, vinculados exclusivamente ao financiamento de despesas urgentes e imprevisíveis.

**7. No último ano de mandato, determinado prefeito autorizou a contratação de despesas nos meses finais da gestão, ciente de que não haveria disponibilidade de caixa suficiente para quitá-las até o encerramento do exercício. Para evitar responsabilização, determinou o cancelamento de empenhos já liquidados, embora os bens tivessem sido entregues e os serviços regularmente prestados. À luz da LRF e do regime dos restos a pagar em final de mandato, assinale a alternativa correta.**

- a) O gestor pode inscrever livremente despesas em restos a pagar no último ano de mandato, ainda que não exista disponibilidade de caixa, desde que haja previsão orçamentária suficiente.
- b) O cancelamento de empenho liquidado é sempre admitido quando realizado no encerramento do exercício, pois a liquidação não gera obrigação definitiva para o ente público.
- c) A regra do art. 42 da LRF veda, nos dois últimos quadrimestres do mandato, a assunção de obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente no exercício ou que não tenha suficiente disponibilidade de caixa para pagamento no exercício seguinte.
- d) A dívida inscrita em restos a pagar pertence ao gestor que a contraiu, razão pela qual o sucessor pode deixar de pagá-la quando se tratar de despesa de mandato anterior.
- e) A vedação da LRF aplica-se apenas aos chefes do Poder Executivo, não alcançando titulares de outros Poderes ou órgãos autônomos.

**8. Durante a execução da LOA, o gestor de um município percebeu três situações distintas: uma ação de saúde já prevista no orçamento ficou com dotação insuficiente; surgiu a necessidade de criar uma despesa para programa não contemplado originalmente; e, após fortes chuvas, tornou-se necessário realizar gastos urgentes para atender famílias desabrigadas. Considerando a disciplina dos créditos adicionais, assinale a alternativa correta.**

- a) Os créditos adicionais são autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na LOA, podendo ser classificados em suplementares, especiais e extraordinários.
- b) Os créditos suplementares destinam-se a despesas para as quais não exista dotação orçamentária específica, criando nova programação orçamentária.
- c) Os créditos especiais são utilizados para reforçar dotação orçamentária já existente, quando os valores inicialmente previstos se tornam insuficientes.
- d) Os créditos extraordinários são destinados a qualquer despesa nova não prevista na LOA, ainda que ordinária e previsível.
- e) Os créditos adicionais constituem a única forma de alteração do orçamento público durante a execução orçamentária.

**9. Durante a execução de contrato administrativo, uma secretaria municipal recebeu materiais regularmente entregues pelo fornecedor. Após a liquidação da despesa, o secretário competente determinou o pagamento, posteriormente questionado pelo controle externo em razão de irregularidades na contratação. Considerando a fase do pagamento e a responsabilidade do ordenador de despesas, assinale a alternativa correta.**

- a) O pagamento da despesa pública pode ocorrer antes da liquidação, desde que haja autorização expressa do ordenador de despesas.
- b) O ordenador de despesas é a autoridade de cujos atos resultem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos públicos, podendo ser responsabilizado conforme sua participação no ato.
- c) A delegação de competência para ordenar despesas transfere automaticamente toda a responsabilidade ao agente delegado, afastando qualquer possibilidade de responsabilização da autoridade delegante.
- d) A ordem de pagamento é ato meramente contábil, sem relevância jurídica para a responsabilização do gestor público.
- e) O princípio da concorrência aplica-se apenas à fase de licitação, não possuindo relação com a regularidade dos pagamentos realizados pela Administração Pública.

**10. A dívida pública pode ser classificada sob diferentes critérios, entre eles a temporalidade das obrigações assumidas pelo Estado. Nesse contexto, a legislação distingue a dívida pública flutuante da dívida pública fundada ou consolidada, considerando, em regra, o prazo de exigibilidade, a natureza da obrigação e sua finalidade. À luz da Lei nº 4.320/1964 e da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.**

- a) A dívida pública flutuante corresponde, em regra, às obrigações de longo prazo assumidas pelo Estado para atender a desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras e serviços públicos.
- b) A dívida pública fundada compreende apenas os restos a pagar, os depósitos, os débitos de tesouraria e os serviços da dívida a pagar.
- c) Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos passam a integrar a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites legais.
- d) As operações de crédito com prazo inferior a doze meses jamais integram a dívida pública consolidada, ainda que suas receitas tenham constado do orçamento.
- e) A dívida pública flutuante é aquela contraída sem prazo de vencimento, razão pela qual também é chamada de dívida perpétua.

**11. Sobre controles internos, assinale a alternativa correta.**

- a) Os controles internos existem apenas para identificar fraudes.
- b) O controle interno é responsabilidade exclusiva da auditoria.
- c) Os controles internos auxiliam na proteção dos ativos e no alcance dos objetivos organizacionais.
- d) O controle interno elimina totalmente os riscos organizacionais.
- e) O controle interno aplica-se apenas à área financeira.

**12. Associe corretamente os componentes do modelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO I)* às respectivas características.**

**Coluna I**

I. Ambiente de Controle

II. Avaliação de Riscos

III. Monitoramento

**Coluna II**

( ) Identificação e análise de riscos

( ) Base ética, integridade e estrutura organizacional do controle interno

( ) Acompanhamento contínuo e avaliação da efetividade dos controles

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) II – I – III
- b) I – II – III
- c) III – II – I
- d) II – III – I
- e) I – III – II

**13. Analise as assertivas sobre gestão de riscos conforme a ISO 31000:2018.**

- ( ) A gestão de riscos deve apoiar a tomada de decisão.
- ( ) Risco é apenas ameaça ou perda.
- ( ) A gestão de riscos deve ser integrada aos processos organizacionais.
- ( ) Comunicação e monitoramento fazem parte da gestão de riscos.

A sequência correta é:

- a) V – F – V – V
- b) V – V – F – F
- c) F – V – V – F
- d) V – F – F – V
- e) F – F – V – V

**14. Sobre o modelo das 3 linhas do Institute of Internal Auditors (IIA), assinale a alternativa correta.**

- a) A auditoria interna é responsável exclusiva pela gestão dos riscos.
- b) A primeira linha é responsável pela entrega de produtos e serviços, bem como pelo gerenciamento dos riscos e controles no dia a dia.
- c) A terceira linha executa exclusivamente atividades operacionais.
- d) O modelo das 3 linhas elimina a necessidade de governança.
- e) Apenas a alta gestão participa do gerenciamento de riscos.

**15. No modelo COSO ERM, a abordagem evoluiu para integrar o gerenciamento de riscos corporativos com a estratégia e performance organizacional. Sobre os componentes e a filosofia do COSO ERM, assinale a alternativa correta:**

- a) O COSO ERM foca exclusivamente na conformidade legal e na prevenção de fraudes contábeis.
- b) A governança e a cultura formam a base para todos os outros componentes, influenciando a forma como a organização entende e gerencia os riscos.
- c) A identificação de riscos deve ocorrer de forma isolada em cada setor, sem necessidade de uma visão consolidada ou de portfólio.
- d) O apetite ao risco é um valor fixado pela auditoria interna que não pode ser alterado pela alta administração.
- e) A mensuração do risco deve considerar apenas os impactos financeiros diretos, ignorando os danos reputacionais.

**16. Sobre os modelos de Administração Pública, associe as colunas:**

Coluna I	Coluna II
I. Patrimonialista	( ) Ênfase em resultados e eficiência
II. Burocrática	( ) Confusão entre patrimônio público e privado
III. Gerencial	( ) Valorização de normas, processos e formalidades

A sequência correta é:

- a) III – I – II
- b) II – III – I
- c) I – II – III
- d) III – II – I
- e) II – I – III

**17. Sobre o regime jurídico dos servidores públicos estaduais de Pernambuco (Lei nº 6.123/1968), analise as afirmativas:**

- I. O servidor deve exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.
- II. O servidor deve cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.
- III. O servidor deve observar as normas legais e regulamentares.

Está correto o que se afirma em:

- a) I apenas
- b) II apenas
- c) I, II e III
- d) I e III apenas
- e) II e III apenas

**18. A respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), assinale a alternativa correta.**

- a) A Lei de Responsabilidade Fiscal aplica-se exclusivamente à União.
- b) A transparência da gestão fiscal é um dos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c) A Lei de Responsabilidade Fiscal trata apenas de despesas com pessoal.
- d) A publicação dos relatórios fiscais é facultativa para os órgãos públicos.
- e) A fiscalização da gestão fiscal é realizada exclusivamente pelo controle interno.

**19. Analise as assertivas sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e marque V para verdadeiro e F para falso.**

- ( ) A LGPD busca proteger os dados pessoais dos cidadãos.
- ( ) O tratamento de dados pessoais pela Administração Pública deve observar finalidades específicas e o interesse público.
- ( ) A segurança das informações deve ser observada pelos órgãos públicos.
- ( ) A LGPD aplica-se também aos órgãos e entidades públicas.

A sequência correta é:

- a) V – V – V – V
- b) V – F – V – V
- c) F – V – V – F
- d) V – V – F – V
- e) F – F – V – V

**20. Sobre o Código de Ética dos agentes públicos estaduais de Pernambuco (Decreto nº 46.852/2018), assinale a alternativa correta.**

- a) O agente público pode utilizar informações obtidas em razão do cargo para benefício pessoal, desde que não haja prejuízo financeiro à Administração.
- b) A ética pública está limitada ao cumprimento formal das normas legais.
- c) O comportamento ético contribui para fortalecer a confiança da sociedade na Administração Pública.
- d) O Código de Ética aplica-se exclusivamente aos ocupantes de cargos de chefia.
- e) O atendimento ao cidadão deve ocorrer conforme a conveniência do agente público.